

A conversão do agir humano na perspectiva cristológica e formativa

di José Adriano Gomes da Silva, O.Carm

RESUMO

O tema desenvolvido neste artigo, envolve a abordagem da práxis cristã a partir da experiência de fé testemunhada a partir do discernimento vocacional. A relevância desta temática consiste na aproximação do agir humano aos principais aspectos do caminho de seguimento cristão, vivenciados pelas comunidades formativas, e tenta ressaltar as principais características existenciais e morais da fé cristã, norteadas pela perspectiva do caminho, como possibilidade de seguimento e adesão a pessoa e ação de Jesus de Nazaré, em conformidade com a instauração do Reino de Deus. A necessidade dessa análise surge a partir da tomada de consciência da conexão existente entre a experiência da vida batismal, e suas ressonâncias no cotidiano dos sujeitos do processo formativo.

PALAVRAS CHAVES: Discernimento; Reino de Deus; Seguimento; Formação.

ABSTRACT

The theme developed in this article, it is about the approach of Christian praxis from the experience of faith witnessed from vocational discernment. The relevance of this theme is the approximation of the human action to the main aspects of the Christian follow-up path, lived by the formative communities, and tries to emphasize the main existential and moral characteristics of the Christian faith, guided by the perspective of the way, as a possibility of following and adhering to the person and action of Jesus of Nazareth, according with the establishment of the Kingdom of God. The need for this analysis emerges from the awareness of the connection between the experience of baptismal life and it is resonance in the daily life of the subjects of the formative process.

KEY WORDS: Discernment; God's Kingdom; follow up; formation.

Introdução:

Ao nos depararmos com os indicativos teóricos; bíblicos e históricos, acerca da experiência da práxis humana motivada pela irrupção da mensagem cristã, torna-se preciso, compreendermos o modo pelo qual o agir humano pode ser configurado à pessoa de Jesus de Nazaré¹, ou seja: Quais são os critérios que podemos destacar para identificarmos na vida do homem e da mulher que vivenciam a fé cristã, na perspectiva formativa, uma adequada configuração ao seguimento de Jesus a partir da conversão pessoal? Para alcançarmos os objetivos da questão proposta, daremos preferência ao referencial teórico, presente na obra de José Roques Junges, intitulada; “Evento Cristo e Ação Humana” (Temas fundamentais da ética teológica).

¹ Cf. CATÃO, 2009, p. 27.



É característico do trabalho formativo reconhecermos, que a práxis humana pode ser elaborada não apenas pelos aspectos subjetivos da consciência humana, ou somente pelas interferências institucionais. Mas nos é proporcionada cotidianamente, a partir dos ambientes formativos, a observação da práxis humana de modo dinâmico, devido ao desenvolvimento que esta ação moral possui mediante os apelos e ideais, que participam da formação da personalidade e do agir pessoal. Assim, já podemos confirmar a noção de que, a priori o “ser humano é um ser de práxis.”² A partir disso, queremos adentrar no âmbito transcendental que compõe a experiência da fé na existência humana, e segundo o nosso referencial teórico, existem duas modalidades que norteiam esta dinâmica: a necessidade de abertura para o devir e para a realidade alheia, ou seja, a temporalidade e a alteridade.

Essas estruturas transcendentais encontram-se plenamente realizadas na ação de Jesus de Nazaré; através do anúncio da salvação universal, pautado pelo evento escatológico. Identificamos a compreensão de um devir caracterizado pela transformação da humanidade naquilo que sempre prefigurou a vontade de Deus, ou seja, a dignidade do ser humano e sua realização a partir da instauração do reinado absoluto de Deus. A alteridade testemunhada nas ações e nos ensinamentos de Jesus, garante confiabilidade e autoridade diferenciadas a Jesus, tornando-o o principal motivo para a prática do discipulado, e exímio modelo para a conversão do ser humano³. Queremos destacar ainda, que a práxis de Jesus de Nazaré estava alicerçada no entendimento e acolhida da vontade do Pai, e na sua opção fundamental, que consistia em revelar tal opção a partir das exigências aplicadas à implementação do Reino de Deus. “A vida de Jesus compreende-se a partir da causa que está referida – o Reino –, porque é uma explicitação desse projeto.”⁴ É nesse sentido que queremos associar a práxis cristã, ao modelo de ação realizado na pessoa de Jesus de Nazaré, para entendermos melhor os aspectos que a partir do processo formativo viabilizam a autêntica conversão do ser humano aos ensinamentos de Jesus, e sua inserção no reino de Deus⁵.

O Reino de Deus, como proposta de conversão:

Um aspecto teológico que não pode ser ignorado ao longo desta argumentação, é a própria definição messiânica do evento Cristo, ou seja, é o dado da revelação de Deus através da sua humanização completa na pessoa do Filho; é necessário percebermos à luz da fé, que no verbo encarnado, nós já contemplamos o agir humano como expressão totalizante da vontade do Pai, e na experiência com essa realidade divina, potencializa-se a possibilidade do ser humano concretizar sua conversão a partir do seguimento a Jesus de Nazaré. Já que ele realizou de modo humano, a vontade do Pai, devidamente enraizado na causa do reino de salvação para todos. Gostaríamos de concluir esse pensamento, com uma citação do nosso principal referencial teórico neste artigo, na qual identificamos uma questão anteriormente esboçada na experiência evangélica, na qual é afirmado que Jesus não impõe uma novidade normativa ou legalista, mas inaugura uma concepção relacional que melhor exprime os desígnios de Deus, observemos:

Jesus não veio trazer uma nova moral no sentido de um código de normas. Não anunciou um novo *ethos*, mas algo muito mais significativo: um novo horizonte de alto compreensão do próprio sujeito agente cristão ou, em outras palavras, uma capacitação das

² Cf. JUNGES, José Roque. **Evento Cristo e Ação humana**; Temas fundamentais da ética teológica. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 91.

³ BOMBONATTO, 2002, p. 287.

⁴ *Idem.* **Evento Cristo e Ação humana**. São Paulo: Unisinos, 2002, p. 91.

⁵ Cf. CATÃO, 2009, p. 24.



potencialidades do próprio agir humano. Trouxe um novo modo de agir, inspirado no próprio agir do Deus do Reino, a ser vivido no seguimento de Cristo e na força do espírito.⁶

Como isso, segundo a citação acima, podemos entender que a práxis de Jesus não se estabelece pelos vieses normativos ou imperativos da legalidade religiosa, mas fundamenta-se na causa do Reino de Deus, que provoca a assimilação de um agir humanizado capaz de corresponder aos anseios de resgate da pessoa humana. Essa atitude significa a iniciativa da ação divina referente à salvação da humanidade, e direciona o processo de conversão, que nesse caso, iremos classificar como a adequação do agir humano próprio do processo formativo à práxis de Jesus. Já estamos convencidos que para se tornar um discípulo autêntico, o ser humano precisa ser introduzido na realidade do Reino de Deus, essa apresentação temática e prática foi realizada por Jesus; é nisso que consistirá o seguimento à sua pessoa, em justamente dar continuidade à implementação pessoal e comunitária do ser humano nesse projeto salvífico. Essa realidade é impossível de ser alcançada sem a iluminação da consciência humana a partir das ações de Jesus⁷.

A seguir iremos propor, fundamentados pelo autor que nos direciona nessa argumentação, dois esquemas teológicos que melhor caracterizam a conversão do ser humano ao Reino de Deus, e posteriormente o capacita para a realização de uma práxis verdadeiramente cristã e síntese autêntica da formação para vida religiosa e ou presbiteral. A primeira categoria é a definição escatológica destinada à assimilação da realidade futura inerente ao reinado de Deus. Dois modelos de interpretação para essa realidade são encontrados no Novo Testamento; o primeiro deles é João Batista, que assume a função de preparar a chegada do messias, mas sua ação não se limita a uma expectativa retórica; ela é caracterizada pelo gesto simbólico do batismo de purificação e expressão do arrependimento pessoal, como atitude que marca o início do processo de conversão.

Porém, sobre o batismo proposto por João Batista, podemos dizer que ele garantia credibilidade ao processo de conversão dos ouvintes da sua pregação, que deveriam assumir o tempo presente como uma oportunidade para se arrependerem e se encontrarem preparados para participarem do Reino de Deus, tornando-se livres da ira e condenação divinas. Na pregação de Jesus, torna-se evidente uma postura contrária ao esquema da pregação, mas não ao conteúdo, de João Batista; a princípio, Jesus não limita a existência do Reino de Deus ao tempo futuro, nem apresenta a via de seguimento com uma dinâmica estritamente penitencial, mas alegava que o amor de Deus quando assumido pela ação humana, consegue testemunhar a existência do Reino de Deus no tempo presente, não fazendo do arrependimento pessoal uma iniciativa humana motivada pela intenção da pessoa escapar da ira divina, mas apresentando a conversão como ato de reciprocidade à experiência misericordiosa de Deus, que amando o ser humano, o introduz na atualidade do Reino de Deus, não pela ameaça da condenação, mas pela ação salvífica do seu projeto redentor⁸.

A expectativa da redenção, no agora histórico fomentam essas distinções acima apresentadas, que nos remetem à constatação da realidade escatológica que concede sentido à conversão do agir humano, ou seja, a expectativa futura da instauração plena do Reino de Deus deve ser autenticada pela reconciliação da condição humana, que acolhendo a libertação divina, responde à proposta de redenção, e estabelece no cotidiano da existência humana, a vivência do reino de Deus. Desta forma, o tempo não é somente uma

⁶ Cf. JUNGES, 2001, p. 92.

⁷ Cf. KÜMMEL, 2003, p. 56.

⁸ Cf. JUNGES, 2001, p. 94.



oportunidade de preparação, mas de acolhida e prática das atitudes humanas que expressem a realização no agora histórico, do projeto de Deus, como nos atesta a principal obra na qual nos fundamentamos:

Agora, entende-se em que sentido o Reino de Deus é uma realidade escatológica. O Reino de Deus é um evento futuro que já está acontecendo e qualificando o presente. Quem acolhe a mensagem do Reino vive a plenitude do futuro no presente da sua vida. O futuro é a manifestação salvífica da bondade de Deus. Assim, o tempo presente não é uma preparação para um evento que ainda vai acontecer, mas é a vivência atual da sua realidade, que só se manifestará em sua plenitude no final dos tempos.⁹

Seguindo a intenção de apresentarmos o esquema do entendimento do reino através das suas modalidades teológicas, trataremos agora da compreensão do Reino de Deus como iniciativa gratuita, que revela a plenitude do amor de Deus pela humanidade. Ao afirmarmos que o reino pertence a Deus e é oferecido como dom ao ser humano, podemos cair no erro de pensar que a constituição e expansão da justiça e salvação universais vindas de Deus, excluem a participação humana, ao que se refere à sua autonomia e liberdade de consciência¹⁰. O agir humano nesse caso, torna-se elemento fundamental para a concretização das promessas messiânicas contidas na instauração do Reino de Deus, mas é necessário que as ações do agir humano correspondam de modo qualitativo à gratuidade e benevolências próprias do amor de Deus, que deseja incluir toda a criação na órbita do seu reinado, não pelo vícios da ira ou condenação, mas a partir da liberdade do ser humano criado à imagem e semelhança de Deus.

O agir humano transformado, passa agora a significar a eficácia do Reino de Deus, pois como sabemos, a experiência do seguimento a Jesus, não pode ser reduzida ao conteúdo teórico que sistematiza a doutrina da fé cristã; mas colocar-se a caminho com Jesus, implica necessariamente a execução objetiva de gestos e atitudes que concretizem na história humana o anúncio da salvação divina. Com isto, percebemos que o mistério da encarnação do Filho, revelado nas ações de Jesus de Nazaré, pode ser considerado o modelo perfeito para entendermos como o agir humano, pode expressar o amor e a misericórdia de Deus, e assim propor um novo sentido para a existência humana, que nesse caso seria a condição filial¹¹.

Podemos assim, a partir dessa concepção destinada à classificação do agir humano perante a revelação salvífica de Deus, definir o modo como o Reino de Deus irrompe na história humana, e como tal inserção pode elencar os principais desafios para o testemunho da práxis cristã. Gostaríamos de integrar a esta argumentação, o critério de atração ou significação que o Reino de Deus pode representar para a existência humana. Nós somos testemunhas de que a opção preferencial do agir de Jesus de Nazaré estava centralizada na realização da vontade do Pai, e na libertação dos desfavorecidos nas diversas situações que negavam a dignidade da vida humana; logo, na práxis libertadora de Jesus podemos identificar que os que ouviam sua mensagem e eram capazes de interiorizá-la, e posteriormente iniciavam um processo gradativo de conversão, demonstravam uma transformação existencial capaz de revelar um ato de adesão, potencializando a realidade da implementação do reino de Deus na história e na existência humana. Assim, corresponder

⁹ *Ibidem.*, p. 95.

¹⁰ Cf. CATÃO, 2009, p. 32.

¹¹ RUBIO, Alfonso García. *A Caminho da Maturidade na Experiência de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 119.



ao projeto de salvação configurado no agir de Jesus, passa a ser o critério essencial para confirmar a presença atuante do Reino de Deus na humanidade.

Acreditamos que este breve comentário, sobre o modo pelo qual o Reino de Deus nos foi apresentado a partir da pessoa, e no agir de Jesus de Nazaré, nos conduz a uma reflexão que impele a busca do entendimento da originalidade dos gestos e atitudes, que os autênticos vocacionados devem manifestar, como constatação da opção fundamental realizada na continuidade do processo de conversão, característico do seguimento a Jesus. Para termos acesso aos movimentos de transformação do agir humano, precisamos antes conhecer a intencionalidade da prática de Jesus, e sermos capazes de distinguir o significado dela ao conceito de práxis, a ela aplicado. A princípio, podemos considerar a práxis como uma experiência relativa à existência da opção fundamental, referente a uma causa ou missão específicas. A estabilidade da prática no agir pessoal, estabelece uma rede de estruturas valorativas, que de modo convencional consegue permear todas as iniciativas do ser humano, ou seja, a práxis como experiência existencial formula, atualiza e qualifica a prática; vejamos o que Junges nos explica sobre essa conceituação:

Tendo a prática condensada, pode-se descrever sua lógica interna. Não é uma realidade fechada, mas aberta, porque exige ser continuamente reatualizada pela práxis. Para que a prática permaneça viva e atuante, é necessário que sua lógica interna seja reatualizada no presente da história. Com base nesse conceito de prática, pode-se falar de uma prática de Jesus.¹²

Ao pensar a prática de Jesus como um agrupamento de gestos e palavras fundamentados na práxis do seu agir, como nos mostra a citação acima, já podemos evidenciar um critério de definição para o agir dos membros do processo formativo. O processo de conversão iniciado com o encontro pessoal com a pessoa de Jesus, necessariamente deve efetuar a adesão à sua prática, não existindo uma diferença entre a opção pela sua pessoa, e sua missão¹³.

Não iremos abordar os indicativos numéricos referentes às atividades de Jesus, pois ao tomarmos o anúncio do Reino de Deus, como centro de atuação da práxis de Jesus, já podemos elaborar de modo abrangente a noção de serviço aos mais necessitados, seja nos aspectos físicos, materiais ou existenciais, como sendo o esquema integrado pela palavra e os gestos concretos de Jesus. Somente dessa forma, a revelação do Deus que é amor poderia se tornar autêntica na pessoa de Jesus, ele não reduz a si sua opção preferencial, pelo contrário, deixa resplandecer e atuar através da sua práxis, a vontade e preferência do Pai. Dessa forma, podemos perceber que a prática de Jesus está voltada para a transformação das diversas realidades humanas, que contradizem a linguagem do amor e geram situações de exclusão, condenação e morte; por isso, a conversão do coração humano às práticas de Jesus, deve ser testemunhada também pelos sinais de reintegração da dignidade humana, fortemente ameaçada pelo pecado; o seguimento a Jesus, nesse sentido, passa a simbolizar a configuração da condição humana à realidade da encarnação do Filho de Deus, que se fez próximo dos fragilizados, para revelar o seu poder através do amor e serviço a eles destinados¹⁴.

Ainda sobre a temática do processo de conversão inserido na perspectiva do seguimento a Jesus, compete-nos a recordação metodológica, de que é fundamental para os formandos,

¹² Cf. JUNGES, 2001, p. 108.

¹³ Cf. CATÃO, 2009, p. 27.

¹⁴ RUBIO, 2008. p. 203.



conseguirem consolidar a compatibilidade requerida pelas exigências dessa adesão; é preciso que o agir e o ser, ou seja, a totalidade existencial da pessoa humana, sejam capazes de revelar de modo integrado a certeza da fé professada e as práticas pessoais. Queremos também afirmar que não é possível colocar-se a caminho com Jesus, sem conhecer o seu programa de ação, mas para tal empreendimento é indispensável a experiência pessoal e a permanência no seguimento, pois somente assim, torna-se real o conhecimento da prática de Jesus, e a elas devem ser direcionadas as motivações para as práticas dos formandos.

A conversão como resultado positivo da resposta generosa da pessoa humana aos apelos do reino de Deus, e do seguimento às práticas de Jesus, não deve ser assimilada em termos de comparações com o esquema normativo dos preceitos meramente morais. Pois nas atitudes e ensinamentos de Jesus, não identificamos uma estrutura legalista como critério de credibilidade moral. Percebemos, sim, uma eficácia em seus discursos capaz de apresentar a iniciativa salvífica de Deus, como proposta de uma nova existência humana, livre da tutela da lei instrumentalizada e dos esquemas moralistas.

Com isto, podemos entender melhor a consciência de libertação que o anúncio da boa nova de Jesus significa; assim, o agir humano não precisa ser determinado pelas dimensões externas da institucionalização da lei mosaica, ou das normas resultantes das tradições culturais e religiosas do contexto histórico de Jesus. Assim, é essencial para a originalidade do seguimento a Jesus, a atualização dinâmica dos ensinamentos e condutas evangélicas, para que os formandos não se encontrem obscurecidos pelas instabilidades temporais e venham a assumir o risco de relativizarem os critérios fundamentais do evangelho. A dinâmica vocacional, não pode alcançar sua identidade, sem que exista uma determinação do agir humano a partir do confronto com a prática de Jesus; essa realidade só pode ser assumida se for acolhida como decisão radical capaz de redimensionar toda existência da pessoa, que se dispõe a seguir Jesus, assim nos faz entender a seguinte ideia de Junges:

O seguimento é a condição para o discípulo estabelecer a comunhão de vida e de destino com Cristo. Trata-se da decisão fundamental na fé, na esperança e no amor que descortina um quadro teológico de referência existencial para o cristão. Significa enraizar-se no amor incondicional do Pai e viver a liberdade interior e o amor solidário manifestado no agir de Jesus.¹⁵

Através dessa comunhão plena de vida e destino, os formandos se identificam com a missão de Jesus e com as propostas referentes ao reinado absoluto de Deus na história. Para se tornarem configurados a prática de Jesus de Nazaré, seus seguidores devem continuamente resgatar as práticas de Jesus, para que assim a concretização da vontade do Pai se torne visível na temporalidade. A práxis de Jesus de Nazaré, como fonte de transformação da práxis humana nos faz avançar em nossa reflexão fazendo alusão ao arremate conclusivo dessa argumentação destinada à classificação dos principais aspectos, que estruturam os movimentos existenciais, que potencializam a acolhida do Reino de Deus, como fundamento para o arrependimento, a conversão e adesão à práxis de Jesus e ao seu destino. Desde já queremos afirmar que o agir humano característico do processo de conversão, não encontra sua originalidade na própria pessoa que acolhe tal evento, mas sim, na prática de Jesus. Pensando dessa forma nós já excluimos a possibilidade de atribuir aos valores da práxis cristã, elementos e atos morais somente sintetizados pela consciência humana; os juízos humanos não definem a práxis cristã, mas permeados pela conformação com a vontade do Pai, e enraizados na práxis de Jesus, garantem compromisso e

¹⁵ Cf. JUNGES, 2001, p. 118.



discernimento à pessoa humana, qualificados pela adesão à fé e docilidade aos apelos do Espírito do ressuscitado.

Começamos em nossa argumentação, a vislumbrar os efeitos e ações que a dinâmica da graça santificante pode ocasionar àqueles que assumem a via do discipulado; “essa existência nova acontece através da fé, do batismo e do dom do Espírito Santo.”¹⁶ Isso tende a conformar nossa compreensão da comunhão de sentido e vida, necessária para a transformação do agir humano. Segundo Junges, a fé e o batismo são dimensões que atestam a eficácia do seguimento cristão; a fé significa a possibilidade de acolhida da vontade de Deus por parte do ser humano, conduzindo-o à experiência da realidade salvífica contida na instauração do Reino de Deus. O batismo por sua vez, realiza e plenifica essa acolhida, pois insere de modo espiritual e posteriormente existencial, a condição humana, no mistério pascal de Cristo.¹⁷

Se levarmos em consideração que a fé e o batismo, estabelecem a centralidade da nova realidade existencial, nos é possível afirmar que os resultados dessa adesão e do testemunho cristão possuem um espaço prioritário, que nesse caso passa a ser a vivência da fé, de modo comunitário, como nos demonstra Junges, ao afirmar que: “Essa nova existência é eclesial, porque os batizados formam um só corpo (1 Cor 12,13).”¹⁸ Assim, fica confirmada nossa intenção de atribuir a priori, a originalidade da transformação do agir humano devidamente inserido na esfera da conversão, ao direcionamento do Espírito Santo; somente assim, podemos nos colocar no seguimento de Jesus, pois em sua práxis, prevaleceu sempre a indicação e inspiração do Espírito do Pai, tanto na sua existência, como no conteúdo dos seus ensinamentos.

Ao tratarmos da ação do Espírito Santo, devemos situar o espaço e a intencionalidade que na vida do formando, sua manifestação será identificada. Essa preocupação adquire importância fundamental, pois de modo peculiar ela permeia e ilumina o agir humano, mas não pode ser caracterizada pela anulação da liberdade humana; ou como única atividade responsável pela transformação existencial da vida cristã. Como já apontamos nas argumentações anteriores, o critério fundamental para a realização da conversão do agir humano; não é a articulação sistemática da Lei mosaica, nem são os preceitos da tradição moral, seja em seu aspecto cultural ou social; mas é a partir de Jesus e da ação do paráclito, que plenamente é alcançado no discernimento referente à vontade de Deus, e nas aspirações das mediações humanas o autêntico movimento de conversão.

Não é nossa intenção nesse breve estudo e pesquisa, retomarmos os elementos neotestamentários que atestam as modalidades do agir humano, determinado pela efusão do Espírito Santo. Mas não podemos ignorar, que existe uma dimensão espiritual inerente à prática do seguimento a Jesus, que simboliza um contínuo confronto com as fragilidades humanas.

Aqui podemos recordar a argumentação do apóstolo Paulo, que reconhece a existência de uma vida nova a partir do espírito do ressuscitado, mas que ao mesmo tempo reconhece a condição decaída do ser humano, tanto no âmbito histórico como na prática da fé cristã. Porém, esse reconhecimento não significa a anulação da possibilidade da vida cristã, como sinal de liberdade e renovação existenciais, já experimentadas na dimensão histórica da vida cristã. Mas a partir dessa concepção do pensamento paulino, podemos afirmar que a única

¹⁶ *Ibidem.*, p. 122.

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ *Idem.*



forma de libertação e renovação na dimensão da fé, propostas ao ser humano, é a vida no Espírito; que nesse caso pressupõe a morte para o pecado, configurando a realidade da fragilidade humana, à redenção apresentada aos cristão no querigma da paixão, morte e ressurreição de Jesus; vejamos como Junges argumenta de modo articulado essa novidade da vida no Espírito de Jesus:

Renovado pelo espírito, o *noús*, espírito do homem, torna-se capaz de conhecer a Deus e de colocar-se em relação com os valores morais convenientes à vida filial do cristão. À fraqueza da carne (Rm 7, 13-25; 8, 1-13) opõe-se a potência do espírito (Rm 7, 13-25; 8, 1-17; às obras da carne, os frutos do espírito (Gl 5, 16-25). O dom do espírito provoca uma libertação das antigas escravidões – pecado, morte, lei, mundo – e nos torna *espirituais*, conaturais com Deus.¹⁹

Desta forma passamos a compreender que a vida nova em Cristo, significa a configuração da existência dos formandos à pessoa do Filho, em consonância com o seu espírito. Essa novidade é a garantia da autêntica conversão do agir humano, pois é possível identificá-la nas dimensões pessoal e comunitária da vida cristã. É neste momento pneumático, que a práxis humana torna-se semelhante às práticas de Jesus, que condensam sua práxis e opção fundamental.

A partir desse esquema de transformação do agir humano, surgem com base no argumento de Junges, a noção e a classificação de duas realidades que revelam a eficácia da ação do espírito do ressuscitado na vida dos formandos. A primeira delas é caracterizada pela vivência da caridade, de modo a confirmar a necessidade do testemunho cristão na fraternidade, cultivada entre os cristãos de todos os tempos e nações. O segundo critério de identificação da manifestação pneumática, é a luz do conhecimento, que ao mesmo tempo estabelece a essência do discernimento pessoal; assim expressa Junges ao afirmar que: “O conhecimento é dom do espírito (1 Co 12, 8; Cl 1, 9-10); produto da caridade (Fl 1,9) e da fé (Fm 6); ponto de chegada da renovação interior (2 Co 4,6; Cl 3, 9-10).”²⁰

Devemos destacar também, que esses resultados qualitativos da ação do espírito de Jesus no ensinamento e na prática dos formandos, se tornam reais somente na concretização dos seus valores na órbita eclesial; seja no tocante à realidade do ensino apostólico, ou na caracterização dos gestos e ações da comunidade dos discípulos e discípulas de Jesus de Nazaré. Com isso, passamos a identificar a objetividade do processo de conversão destinado aos ouvintes da mensagem evangélica, e como esse anúncio está totalmente direcionado para realizar a transformação da vida interior, visando a concretização da salvação na história. Somos convocados também a perceber a potencialidade transformadora que a mensagem cristã pode alcançar, caso ela encontre acolhida na existência humana; essa possibilidade também deve simbolizar a renovação do agir humano a partir da nova consciência moral, assumida na fé e no testemunho dos cristãos.

Com base nessas breves análises, destinadas ao entendimento da dinâmica transformadora, própria do processo de conversão do ser humano à pessoa e mensagem de Jesus. Resta-nos a certeza da força criativa que o Reino de Deus possui, quando é devidamente acolhido e manifestado na história. E passamos a conhecer que esse evento só adquire eficácia e verdade, se estiver enraizado na práxis de Jesus, como paradigma permanente de adesão da consciência humana à vontade do Pai, fundamentada no

¹⁹ *Ibidem.*, p. 123.

²⁰ *Idem.*



testemunho e na fidelidade de Jesus à causa do reino de Deus, que se destina à toda humanidade como proposta de redenção.

Ao longo da abordagem desenvolvida neste artigo, que tentou caracterizar os principais fundamentos do processo de conversão a partir da fé e adesão à pessoa e práticas de Jesus de Nazaré; nos foi possível perceber através da análise que Junges faz da referida temática, que a transformação do agir humano, motivada pela experiência cristã, não representa uma situação isolada, tão pouco indiferente à implementação e realização do Reino de Deus na história. É necessário que entendamos a realização da vontade do Pai, na pessoa do Filho, como evento privilegiado no projeto de salvação da humanidade.

Dessa forma, poderemos expressar a partir do discernimento constituído pela renovação da consciência humana; que a realização do bem como atributo moral, deve revelar o agir humano como mediação existencial, para a concretização da vontade de Deus. Temos que compreender que o discernimento que o espírito do ressuscitado proporciona ao agir humano, não significa a escolha entre o bem e o mal, mas implica a existência de uma opção fundamental sempre destinada a revelar objetivamente, o querer de Deus nas palavras e ações dos formandos. Assim, é possível pensarmos na manifestação do Reino de Deus, como evento atuante na história humana, constantemente propondo a revelação e salvação divinas, utilizando-se das mediações humanas, a começar pela consciência e agir humanos. Vejamos como essa argumentação encontra-se estruturada na seguinte afirmação de Junges:

O Reino de Deus, anunciado em palavras e realizado em obras na pessoa de Jesus Cristo, é a expressão máxima da vontade de Deus. Em última análise, a vontade do Pai é que o Reino, realizado na vida e na prática do seu Filho, se faça presente hoje na história humana como um sinal permanente do seu amor aos que jazem nas trevas. Essa presentificação acontece na vida daqueles que se proclamam seguidores do seu Filho.²¹

Portanto, não podemos considerar nenhuma realidade humana como capaz de expressar a concretização da vontade de Deus na história, que não esteja transformada pela prática dos valores difundidos e vivenciados por Jesus. Por isso, que o discernimento referente às opções do agir humano, deve resultar na revelação das ações divinas a partir das mediações humanas como propõe Junges; “No ato concreto de discernimento, existe uma conjugação entre a ação de Deus e a ação do ser humano; por isso, o discernimento é um ato ao mesmo tempo uno e complexo, divino e humano, pessoal e comunitário, histórico e escatológico.”²² Desse modo, torna-se essencial a participação da condição humana, através da práxis cristã, no plano da salvação; essa integração existencial, configura toda a vida cristã à pessoa e missão de Jesus; executando a eficácia da sua práxis, na conversão das ações e gestos humanos.

A concepção da práxis cristã, nos primórdios da Igreja cristã:

Ao concluirmos nossa argumentação sobre a integração da concepção da práxis cristã, nos parâmetros formativos, faz-se mister destacarmos de modo resumido, tal compreensão nos primórdios da Igreja cristã.

Devemos agora, adentrar na observação da moralidade cristã a partir do período antigo da Igreja; iremos delimitar nossa argumentação de forma cronológica, tomando os principais eventos comportamentais e doutrinários do período iniciado no século I até o século III. Mas não é nosso intento, fazer uma descrição incisiva do período histórico da

²¹ *Ibidem.*, p. 126.

²² *Ibidem.*, p. 127.



patrística, desejamos tão somente, identificar a configuração da práxis cristã nesse novo momento da vivência da experiência cristã, elencando os novos desafios para a dimensão comportamental dos (as) seguidores (as) de Jesus de Nazaré.

Começaremos pela classificação dos fundamentos teóricos do século primeiro, identificando os ensinamentos mais expoentes; como a dimensão da doutrina dos Padres antigos, revelando a continuidade da pregação apostólica. Esta modalidade caracterizava-se pela especial atenção às práticas mistagógicas, e exortações de finalidades organizacionais, como nos apresenta, a seguinte abordagem de Rincón sobre o contexto em análise:

O discurso ético é elaborado em relação com a *experiência litúrgica*; desse modo, evidencia-se a estreita ligação existente entre o querigma e o mandamento de Deus, entre o acontecimento sacramental de Cristo e a vida cotidiana e concreta do cristão.

Geralmente, trata-se de ensinamentos *ocasionais*, pois são apresentados em homilias, catequeses mistagógicas e, às vezes, em cartas. Assim, não se pode falar de um trabalho sistemático, mas sim de exortações morais práticas.²³

Em relação a esta modalidade de vida cristã, devemos recordar que a fundamentação moral específica desse período está contida nas Sagradas Escrituras, como nos descreve o mesmo autor:

Para a descrição dos comportamentos morais, recorre-se aos temas bíblicos e às categorias culturais próprias do judaísmo contemporâneo: o decálogo, as antíteses do Sermão da Montanha, as bem-aventuranças, a nova lei da caridade, sob a formulação do duplo preceito ou da chamada “regra de ouro”.²⁴

Por ser essa, a única fonte detentora de confiabilidade doutrinária, começa a articulação dos pensamentos e discursos existenciais pautados pela radicalidade da fé, fomentando o caráter totalizante do seguimento a Jesus concomitante ao desejo de imitação da sua conduta e práticas. Aqui já podemos identificar o surgimento da noção de uma opção fundamental que envolve a situação pessoal dos membros das comunidades cristãs. O aspecto da renúncia aos costumes pagãos e aos apelos mundanos, passa a caracterizar a transitoriedade do mundo presente em relação à vida cristã.

No segundo século da era cristã, surge a necessidade de confrontar o ensinamento da doutrina cristã, com o ambiente paganizado, este momento nos apresenta a saída da expressão comportamental cristã da estrutura judaica contemporânea, devido ao confronto com um outro esquema moral, estruturado pelas instâncias da moralidade pagã.²⁵ A este modelo, atribuímos o estilo apologético de propagação e defesa da fé cristã, pois os adeptos do caminho iniciado pela pregação apostólica, estavam situados em estruturas políticas e sociais, estabelecidas de modo cultural, pelos ensinamentos da concepção pagã; apenas para exemplificar, observemos o que nos relata Rincón:

Naturalmente, os cristãos continuam vivendo em um mundo pagão, que lhes coloca muitos problemas, eminentemente práticos: a idolatria estatal, o serviço militar no exército

²³ RINCÓN, 1983, p. 59.

²⁴ *Ibidem.*, p. 60.

²⁵ Sobre essa afirmação, é importante ressaltar que: “Recém saída de um ambiente ‘doméstico’ em que dominava uma literatura repleta de conceitos e idéias familiares, a Igreja se vê agora em uma verdadeira ‘arena pagã’. Deve, por isso mesmo, rearticular seu discurso, afim de torná-lo eficaz nesse novo horizonte cultural. Inclusive porque, não sendo mais uma força anônima na sociedade, o cristianismo, por uma questão de sobrevivência, deve apresentar-se ao diálogo.” Cf. CAVALCANTE, 2007, p. 118.



pagão, o exercício de determinadas profissões liberais, a moda, os jogos de circo, os espetáculos teatrais, etc.²⁶

É importante sabermos que neste referido momento, começam a se traçar os primeiros documentos morais do cristianismo, que servirão mais tarde para a sistematização dos conteúdos da doutrina cristã aplicados à constituição do magistério e da moral da Igreja de Roma. Dessa forma, nos cabe entender que a práxis dos cristãos do segundo século, estava permeada da compreensão dos princípios dogmáticos que fundamentavam a transformação da conduta pessoal, determinando a distinção entre o agir pagão e o comportamento cristão. É possível então, captarmos a ideia de conversão pessoal e comunitária, implementadas na concepção mais alargada do seguimento cristão. Mediante o confronto com instituições religiosas e políticas, totalmente estranhas à concepção religiosa judaico-cristã, experienciadas pelas comunidades primitivas. Por isto, fica acentuada a radicalidade da opção fundamental na órbita cristã, acentuando-se a disparidade das manifestações culturais. A apologética cristã caracterizada neste período histórico é o resultado do impasse na uniformidade doutrinária, frente ao perigo de relativização dos ensinamentos apostólicos.

Desse processo de consolidação da base sistemática da dimensão dogmática da fé cristã, elabora-se no século III²⁷, os argumentos que delimitavam a reflexão moral cristã, ao passo que era estabelecido até entre os cristãos, por causa da significativa adesão ao cristianismo das origens, a concepção filosófica greco-latina; instituindo assim, a passagem da unicidade tradicional da mensagem judaico-cristã, para a pluralidade da comunidade cristã da antiguidade. Segundo a interpretação do autor em estudo, esse aspecto transformador, ao nosso entender, pode configurar mais uma reelaboração da práxis cristã; vejamos o que ele nos apresenta:

A reflexão moral já não pode se contentar em procurar descobrir que comportamento evangélico dos cristãos deve ter no exercício de suas profissões e na vida civil. Agora, ela tem que se preocupar sobretudo em encontrar o modo no qual possam se articular as orientações morais cristãs, elaboradas no contexto da experiência litúrgico-sacramental do mistério cristão, com o admirável discurso ético estruturado no seio da filosofia grega.²⁸

Esta realidade acima explicitada, nos mostra uma nova articulação da práxis cristã, dessa vez influenciada pelos primeiros momentos da integração entre a cultura grega e o querigma cristão. A principal instituição, que desenvolveria a aquisição do pensamento grego relacionado à vivência dos artigos da fé cristã, seria a escola de Alexandria; este movimento foi responsável pela estruturação do argumento racional (Logos), como discurso lógico para a comprovação da intervenção da sabedoria divina na história humana. A partir desse movimento filosófico, a revelação divina passa a ser submetida aos critérios metodológicos, para obtenção da verdade referente ao discurso querigmático.

Com isso, podemos concluir que a práxis cristã identificada no século III, já nos possibilita o entendimento da evolução do seu conteúdo e execução. Não queremos afirmar com isso, que a originalidade do seguimento foi desintegrada, mas estamos de acordo que, de fato ela não se estabelece ao longo dos três primeiros séculos da era cristã de modo linear, mantendo a restrição das ideias doutrinárias, ao movimento primitivo da experiência

²⁶ RINCÓN, 1983, p. 60.

²⁷ Cf. CAVALCANTE, 2007, p. 201.

²⁸ RINCÓN, 1983, p. 61.



de seguimento dos apóstolos e seguidores (as) de Jesus de Nazaré. É necessário encerramos este esboço histórico, com a certeza de que o século III da era cristã, consistiu para a práxis humana desse mesmo período, um sinônimo de autonomia doutrinária, que permitiu o diálogo entre as várias justificativas metodológicas, que visavam estabelecer um fundamento referencial para a moralidade humana, seja na dimensão transcendental ou antropológica do indivíduo, sem necessariamente descaracterizar o núcleo dos ensinamentos apostólicos.

Considerações finais:

Ao tratarmos da temática destinada à pesquisa, dos principais aspectos constituintes da definição e evolução do conceito de práxis cristã, não fora nossa intenção evidenciar uma vasta área ou modalidades comportamentais, capazes de favorecer o desdobramento da conduta humana, na perspectiva do processo formativo inerente à totalidade dos parâmetros educacionais da formação dos seminaristas e formandos dos institutos de vida consagrada. Mas a tentativa primordial dessa pesquisa, foi a observação dos principais aspectos históricos que favoreceram a expansão da mensagem cristã, e serviram como elo de inculturação da experiência da ética cristã e o evento de implementação da mesma na formação humana e religiosa, na esfera da cultura vocacional, tendo como breve referencial os três primeiros séculos do movimento de consolidação da doutrina e moralidade cristãs. Permitindo-nos a análise da evolução da conduta verdadeiramente cristã, fora dos parâmetros tradicionais da concepção judaico-cristã. Tivemos a oportunidade de esboçar, mesmo que de modo breve, quais são os principais fundamentos afirmados e defendidos pela moral cristã, quando esta, nos três primeiros séculos do cristianismo, se depara com a cultura pagã, repleta de convicções e estruturas transcendentais, diferentes dos ideais cristãos.

Por fim, coube a essa pesquisa, esboçar os critérios qualitativos do seguimento cristão na dimensão formativa. Esta iniciativa, foi empreendida através da observação das etapas evolutivas da conversão do agir humano, à proposta de adesão e seguimento à pessoa de Jesus de Nazaré, levando em consideração as atividades e expressões comportamentais, que podem revelar a vivência do Reino de Deus, no agora histórico dos processos formativos. Um dos objetivos dessa argumentação teórica, foi apresentar a necessidade de preservação dinâmica dos ensinamentos e gestos de Jesus de Nazaré, no cotidiano das ações dos formandos e demais agentes da formação institucional, como critério essencial à constatação da eficácia da práxis de Jesus; como afirmação da continuidade e concretização dos seus ensinamentos, a partir da existência humana e dos apelos vocacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBONATTO, Vera Ivanise. Seguimento de Jesus: uma abordagem segundo a cristologia de Jon Sobrino. São Paulo: Paulinas, 2002.

CATÃO, Francisco. Espiritualidade Cristã. 1. ed. São Paulo: Paulinas; Valência, ESP: Siquem, 2009. (Coleção livros básicos de Teologia; 14)

CAVALCANTE, Ronaldo. Espiritualidade Cristã na História: das origens até Santo Agostinho. São Paulo: Paulinas, 2007.

JUNGES, José Roque. Evento Cristo e Ação humana; Temas fundamentais da ética teológica. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

KÜMMEL, Werner Georg. Síntese Teológica do Novo Testamento de Acordo com as Testemunhas Principais: Jesus, Paulo, João; tradução de Sívio Sheider e Werner Fuchs. São Paulo: Editora teológica, 2003.



RUBIO, Alfonso García. *A Caminho da Maturidade na Experiência de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2008.

RINCÓN Orduña, R. *Práxis Cristã* (et al.); Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983 – Conteúdo: v. 1. Moral fundamental.

TABORDA, Francisco. *Nas Fontes da Vida Cristã: uma teologia do batismo-crisma*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

